



Revista de Políticas Públicas
ISSN: 2178-2865
revistapoliticaspublicas@ufma.com
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

A Coutinho, Joana; Oliver, Lucio; Pinho de Carvalho, Alba
Maria; Johnson, Guillermo Alfredo; Ferreira, John Kennedy
**A CRISE CAPITALISTA, O AVANÇO DA DIREITA NO CONTINENTE
LATINO-AMERICANO, E OS DESAFIOS PARA A RESISTÊNCIA**

Revista de Políticas Públicas, vol. 24, 2020, pp. 129-149
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFMA redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



A CRISE CAPITALISTA, O AVANÇO DA DIREITA NO CONTINENTE LATINO-AMERICANO, E OS DESAFIOS PARA A RESISTÊNCIA

Alba Maria Pinho de Carvalho¹

Guillermo Alfredo Johnson²

Joana A Coutinho³

John Kennedy Ferreira⁴

Lucio Oliver⁵

Resumo

Este artigo é fruto da apresentação de uma mesa coordenada, na JOINPP 2019, cuja temática era “Civilização ou Barbárie”. Representa o conjunto das apresentações e, portanto, um resumo das discussões travadas naquele momento, e justifica um artigo com cinco autores. O avanço da direita com novas formas de organização, que culmina com a eleição de Jair Bolsonaro, como é o caso do Brasil e os desafios para os movimentos sociais, partidos políticos, neste panorama.

Palavras-chave: Democracia. Direita. Fascismo. Bolsonarismo.

Abstract

This article is the result of the presentation of a coordinated table at Joinpp 2019, whose theme was civilization or barbarism. It represents the set of presentations and, therefore, a summary of the discussions held at that time, and justifies an article with five authors. The advance of the right with new forms of organization, which culminates with the election of Jair Bolsonaro, as is the case in Brazil and the challenges for social movements, political parties, in this panorama.

Keywords: Democracy. Right. Fascism. Bolsonarismo.

Artigo recebido em: 23/11/2019. Aprovado em: 20/03/2020

¹ Pós-Doutorado na Universidade de Coimbra Portugal. Doutora em Sociologia pela UFC. Professora de Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: albacarvalho@gmail.com.br

² Pós-Doutorado em Ciências Sociais na UNESP/Marília. Doutor em Sociologia. Professor de Ciência Política na UFMA. E-mail: guijohnson@uol.com.br

³ Pós-Doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México- UNAM. Professora na Universidade Federal do Maranhão e Coordenadora do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais -OPPLS- e do Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina (GEHLAL).E-mail: joana.coutinho@ufma.br

⁴ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor de Sociologia na UFMA.E-mail: jotakennedy@yahoo.com.br.

⁵ Professor na Universidad Autónoma de México, coordenador da Pesquisa: Sociedades Civil e Crises Estatais na América Latina.E-mail: oliverbar@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2019 comemorou os cem anos de morte da Rosa Luxemburgo, cuja indagação “Reforma ou Revolução?” tem muita pertinência nos dias de hoje. Rosa Luxemburgo, com muita clareza, diz que os elementos que distinguem uma revolução social e uma reforma legal não é a duração, mas o conteúdo:

Todo o segredo das revoluções históricas, da conquista do poder político, reside precisamente na passagem de simples modificações quantitativas, numa nova qualidade ou, concretizando, na passagem de uma dada forma de sociedade a outra num período histórico (LUXEMBURGO, 1990, p.101).

A via da reforma não é uma escolha lenta e gradual para a transformação da sociedade, mas ao contrário: “em vez de procurar edificar uma sociedade nova, contenta-se com modificações sociais da sociedade anterior”. Na essência, diz Rosa Luxemburgo, “não visam realizar o socialismo, mas reformar o capitalismo, não procurar abolir o sistema do assalariamento, mas dosar ou atenuar a exploração, numa palavra: querem suprimir os abusos do capitalismo, mas não o capitalismo” (LUXEMBURGO, 1990, p.101). A pergunta central é porque neste momento, depois de um ciclo de governos “progressistas” no continente latino-americano, nos deparamos com o crescimento da extrema-direita que coloca em risco direitos conquistados? Quais questões devemos encarar de frente, para poder criar uma resistência da sociedade civil desde abaixo?

Os ideais do neoliberalismo atingiram as massas com um discurso de individualização cada vez mais crescente e atinge a esquerda desacostumada a trabalhos de formação centrada na construção de uma ideia universalizante. O neoliberalismo é um fenómeno multifacetado (DÚMENIL; LÉVY, 2014). A ordem neoliberal internacional “foi imposta a todo mundo, desde os principais países capitalistas do centro até os países menos desenvolvidos da periferia, geralmente ao custo de severas crises, como na Ásia e na América Latina” (DÚMENIL; LÉVY, 2014, p.19). Importante destacar, que o período de governo do PT, não podia ser mais tolerado pelo imperialismo, que precisa de um “instrumento político”, que é “sempre a instalação de um governo local pró-imperialista. [...]. A colaboração das elites do país dominado é fundamental, bem como no capitalismo contemporâneo, a ação de instituições internacionais como FMI, OMC, Banco Mundial” (DÚMENIL; LÉVY, 2014, p. 19).

O desgaste dos governos progressistas, que embora tenham uma pauta “inclusiva¹”, mas sem quebrar a espinha dorsal do neoliberalismo, necessita degradar os mecanismos democráticos, substituindo-os por “elementos de tipo autoritário e antissocial que se querem estabilizar como o novo

A CRISE CAPITALISTA, O AVANÇO DA DIREITA NO CONTINENTE LATINO-AMERICANO, E OS DESAFIOS PARA A RESISTÊNCIA

quadro de referências político” (BAYLOS, 2016, p. 45). A desregulamentação e mercadorização foram mantidos nos governos Lula, preservando as reformas promovidas por FHC e aprofundando outras como a reforma da previdência, estatuto do servidor público (BOITO, 2018, p. 28).

O impedimento de Dilma Rousseff, no Brasil, é explicado por esse prisma. Não cabe aqui dissertar sobre as inúmeras razões pelas quais o Golpe em 2016 aconteceu sem, quase nenhuma, manifestação de massas. A inclusão de camadas populares, pelo consumo, sem o acompanhamento de uma “conscientização, politização” das massas, é uma das teses a ser considerada. Boito (2018, p. 121), ao analisar o lulismo, apresenta uma característica importante para a compreensão desse processo: ao comparar o lulismo ao varguismo, destaca que

Ambos os fenômenos apresentam uma ampla base popular, que é, contudo, desprovida de organização política e ambos implantaram uma política de intervenção do Estado na economia para estimular o crescimento econômico, para ampliar a margem de manobra do Estado brasileiro diante dos países imperialistas e para promover uma moderada distribuição de renda.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, desencadeia-se uma grande ofensiva contra o pensamento crítico em todas as suas manifestações (nas escolas, nas universidades). Com o pretexto de acabar com a “doutrinação marxista-gramscista”, se inculca uma volta às trevas onde pondera o obscurantismo: a terra é plana (anti-ciência), um fundamentalismo religioso cuja pretensão é a formação homogênea de uma geração apática e submissa. É necessário esse cenário para que as políticas ultraliberales sejam implementadas. Florestan Fernandes (1917), num pequeno texto “Notas sobre o fascismo na América Latina”, adverte que o fascismo não perdeu seu significado político, nem sua influência ativa. Ele persiste até hoje como ideologia e como utopia, “tanto de modo difuso, como organizador”. É preciso entender o fascismo e sua representação em cada formação social. Florestan Fernandes é bem esclarecedor. Não se trata de buscar as manifestações do fascismo na América Latina como um mero

[...] produto ou um sub produto de estruturas de poder arcaicas. O fascismo em si mesmo é uma força muito moderna e seus objetivos mais recentes estão relacionados com o “desenvolvimento com segurança”, um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a estabilidade política nas periferias (FERNANDES, 1971, p. 18).

A resistência ao fascismo — sua forma de apresentação na América Latina — passa por uma luta emancipatória que traga em seu bojo uma reforma cultural, ética e intelectual. Esse movimento dá espaço para que cresçam na sociedade brasileira as bases para um “fascismo tupiniquim”. Ou seja, tem todas as características do fascismo adequado a realidade brasileira. Isso nos leva a pensar que as “reformas” superficiais dos governos progressistas não permitiram uma maior conscientização das massas

e nos coloca a questão de quais os desafios hoje, pois, ao mesmo tempo, vemos um outro projeto de democracia e sociedade que se apresenta no bem viver boliviano, na escolha horizontal da Frente Ampla uruguaia, na resistência popular nicaraguense e venezuelana contra as tentativas de desestabilização de seus governos, no levante dos trabalhadores e povo haitiano, na vitória de Obrador no México. Todos a seu modo afirmam a vitalidade da democracia popular, da civilização de direitos e valores democráticos que valorizam a diversidade e o pluralismo nas sociedades contemporâneas e que estão sobre ameaça no continente latino-americano. Estes temas que abordamos neste artigo escrito a cinco mãos.

2 ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE. DISPUTAR E TRANSFORMAR O ESTADO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

"No tem insulto mais grossero ou calúnia mais infame contra a classe operaria que a afirmação de que as controversias teóricas são somente um assunto para "acadêmicos"

Prólogo da *Reforma o Revolución*.
Rosa Luxemburg.

O desgaste duma globalização desigual, excludente e bárbara, afirmada nos últimos 40 anos, está se manifestando hoje como uma profunda crise sistêmica, baseada na impossibilidade das elites políticas dirigentes dos países centrais de manter com legitimidade e estabilidade uma governabilidade neoliberal mundial. Seu papel dirigente no mundo apresenta hoje problemas que expressam uma confluência de crises: civilizatória, ideológica, cultural, social, econômica e política.

Têm sido típicas da política da globalização medidas para inviabilizar objetivos nacionais progressistas dos Estados periféricos, para manter os Estados como veículos dos poderes e políticas de concorrência que priorizem a valorização do grande capital financeiro mundial e mantenham a inequitativa divisão do trabalho capitalista internacional. Isso tem criado conflitos graves sem solução integral entre as grandes potências mundiais, e entre estas e os Estados dependentes.

Resultado atual da luta do capital e das potências contra as políticas progressistas nos países latino-americanos são as tentativas de impor Estados de exceção, com redução de direitos e liberdades. Essas políticas se centram em medidas para reduzir os direitos coletivos, impor pela força novos programas de ajuste e projetos de exclusão social, apagar as políticas de reconhecimento e impulso da diversidade identitária e sociocultural e aumentar o controle ideológico sobre a sociedade. O objetivo é

apagar o pensamento crítico opositor e reforçar a subalternidade das sociedades (ARIZMENDI, 2018; OLIVER, 2017; ARIZMENDI, 2016; ROJAS VILLAGRA, 2015).

No caso dos governos progressistas, é importante destacar que não elaboraram propostas suficientes e firmes para disputar o Estado e procurar sua transformação, entendido num sentido integral. Assim, as sociedades civis como totalidades coletivas não se converteram em sujeitos decisórios do público, e não se desenvolveu a politização e a organização autodeterminada das grandes maiorias populares. Assim, também, a política, durante o período dos governos progressistas, não levou à conformação de uma verdadeira economia social alternativa nem a um projeto nacional realmente autônomo; não aconteceu a construção dum novo bloqueio histórico popular. Faltou uma nova concepção da política como hegemonia que tivesse capacidade de gerar e "condensar" uma nova relação de forças (OLIVER, 2017).

Os movimentos políticos e sociais de pensamento crítico e oposição democrática radical precisam aprofundar a análise teórica dos problemas que impediram construção de forças histórico-políticas com capacidade para superar a barbárie e retomar a civilização e levaram à derrota do progressismo latino-americano.

Hoje os pactos sociopolíticos internos dos Estados latino-americanos regidos pelos novos governos de direita sofrem um profundo estrago. Os países do Sul e Centro de América vivem um impasse em termos do avanço econômico, político e ideológico, com profunda instabilidade. E América Latina toda vivencia uma polarização de definições político-ideológicas sem que os programas de extrema direita² tenham conseguido aceitação social e nacional plena, embora estejam se propagando governos autoritários de extrema direita com algum apoio de massas e exista uma mobilização exitosa de grupos religiosos, militares, de políticos aventureiros e retrógrados³.

A situação exige uma teorização profunda das contradições atuais. É necessário revisar as experiências progressistas latino-americanas do século XXI e pensar teoricamente alternativas para elevar o nível ideológico político dos movimentos e forças políticas.

Na continuação, expomos esquematicamente alguns assuntos urgentes para o pensamento crítico debater:

- 1) A concepção crítica da globalização atual. A globalização das últimas décadas se evidenciou como o projeto desigual, excludente e bárbaro das oligarquias econômicas e políticas que dominam o mundo e que operam para organizar subordinadamente a economia mundial e os Estados nacionais, embora essa globalização não fosse

percebida pela maioria de governos progressistas como projeto particular de direção da mundialização.

- 2) O caráter estratégico e o alcance previsto das opções abertas para os Estados nacionais dependentes e periféricos mudarem a economia e a política nacional. É necessário estabelecer teoricamente, no projeto das sociedades políticas e no sentido comum das sociedades civis, a estratégia e as políticas para uma transformação interna dos Estados latino-americanos na mundialização do capital, e particularmente criar políticas compartilhadas regionalmente com as quais incidirem num rumo de democracia global e duma nova arquitetura mundial com influência política e cultural do mundo do trabalho. Se precisam projetos que apontem a mudanças respeito a dependência, subordinação e subalternidade da América latina, em termos de propiciar autonomia política e ideológica e colocar diques à transferência de valor, extrativismo e sobre-exploração dos trabalhadores;
- 3) A crítica do Estado e a disputa pela sua transformação. A noção de Estado como aparelho de poder, que é sede principal das decisões burocráticas de políticas progressistas, tem que mudar. Se precisa compreender o Estado como processo e condensação de relações de forças e analisar teoricamente as sociedades civis para compreendê-las tanto como formas sociais do capitalismo que assumem uma especificidade como formações ideológico políticas que sustentam a hegemonia dos grupos sociais. Só assim poderão se desenvolver projetos de hegemonia alternativa que gerem poder próprio das forças populares no âmbito da sociedade civil.
- 4) A necessidade de políticas articuladoras integrais de reformas profundas. Salientamos a insuficiência de políticas de mudança limitadas a algumas reformas parciais que têm eixo exclusivo nas políticas públicas de inclusão social, educativa, de saúde e serviços dos setores marginais. Setores sociais progressistas precisam uma inclusão ativa política e ideológica nos processos de mudança e nas reformas. Para isso, a noção de política emancipadora tem que juntar reformas múltiplas e inter-relacionadas nos distintos âmbitos do Estado e da sociedade civil, para conseguir projetar um movimento ativo de verdadeira mudança política.
- 5) Compreensão profunda do fenômeno do cesarismo político progressista. As políticas progressistas conduzidas principalmente por líderes intocáveis e processadas como

arranjos burocráticos sociais democráticos estão em questão pela despolitização que geram nas sociedades populares. O divórcio dessas políticas respeito da organização e da elevação ideológica das sociedades civis enfraqueceu e isolou as forças políticas progressistas. Ficou claro o valor da organização autodeterminada das sociedades civis e dos movimentos sociais, de uma concepção totalizante da democracia e da luta pela hegemonia civil. É necessário recuperar o sentido profundamente de elevação ideológica, educativo e organizativo dos conflitos, das contradições político-econômicas e dos protestos sociais. Nos processos de governabilidade controlada ou de autoafirmação política restringida dos Estados progressistas, apagou-se o debate entre diferentes projetos das sociedades políticas e faltou a convergência com e entre os movimentos sociais.

- 6) A construção de núcleos dirigentes coletivos relacionados com as massas. Se precisa de uma teorização necessária sobre como conformar núcleos dirigentes amplos que sustentem projetos nacionais de forças políticas emancipadoras. A verdadeira reforma transformadora transcorre por processos amplos e democráticos que propiciam a elaboração coletiva e horizontal de programas ideológico-políticos populares abertos à inclusão de todas as forças ativas e democráticas da sociedade civil.

É urgente debater como entender, disputar e transformar o Estado na América Latina, no seu sentido integral de política de dominação e hegemonia, no marco duma relação de forças e na luta pela correspondência avançada de sociedade política e sociedade civil.

3 PROCESSOS POLÍTICOS PARTICIPATIVOS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL: hegemonia e Estado em disputa

Particularmente na América Latina, paulatina e heterogeneamente a partir dos anos 1970, a ofensiva neoliberal busca fortalecer o papel das corporações transnacionais no comando da vida social. Se por intervalos alguns dos países reforçam os seus direitos sociais, a dinâmica hegemônica do capital restabelece as diretrizes pautadas pela extinção de direitos sociais e trabalhistas e a proteção do capital e da propriedade privada, neste estágio de predominância financeira (HARVEY, 2018).

No âmbito da conjuntura latino-americana do início do presente século, a Ciência Política e as Sociologias brasileiras preocuparam-se com uma diversidade de experiências participativas, principalmente

com a sua incorporação ao que se considera uma nova institucionalidade. As elaborações em torno dos orçamentos participativos e os conselhos gestores de políticas públicas apontavam uma ampliação democrática do Estado. Essas modalidades crescentes de espaços participativos apontavam uma democratização da decisão política. A ascensão da Frente Brasil Popular, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, indicava a possibilidade de ampliação da democracia. Nos primeiros anos de governo, essa perspectiva foi se esvaindo na medida em que a ampliação do arco de aliança era privilegiada em nome da governabilidade.

Se os diversos movimentos sociais e os movimentos sindicais tiveram suas reivindicações, inicialmente, parcialmente atendidas, as tensões dessa busca pela governabilidade foi tendencialmente fortalecendo setores da sociedade que historicamente detinham o poder econômico. Isso pode ser constatado no crescente poder econômico que o setor vinculado ao agronegócio foi ganhando no bloco do poder, assim como a persistência do setor financeiro no bloco do poder. Essa situação vincula-se à crescente importância que as commodities foram consolidando na pauta exportadora brasileira (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019).

É indispensável assinalar que nesse período, dos governos Lula da Silva, houve um importante investimento em políticas públicas, aumentos dos salários mínimos, a disseminação de empréstimos para amplos setores da população e um estímulo significativo do consumo. Situação que capturou a atividade política nas redes institucionais, canalizando as demandas no âmbito do espaço estatal. O papel desempenhado pelas maiores centrais sindicais e dos principais movimentos sociais na persistente negociação no seio dos aparelhos estatais repercutiu na diminuição das manifestações reivindicativas. Gradualmente, a ação governamental foi deixando de lado a interlocução com as organizações sociais e tornando-se refém das demandas empresariais, do setor financeiro e do agronegócio.

Durante os governos de Dilma Rousseff, essa dinâmica institucional contribuiu para o fortalecimento do bloco de poder gestado nos governos anteriores. Os setores financeiros e do agronegócio fizeram-se presentes na configuração ministerial, na busca por reforçar a hegemonia desses setores na economia nacional. Torna-se importante lembrar que os setores das igrejas evangélicas também foram representados nesse governo, iniciando o questionamento à concepção liberal de direitos humanos.

No percurso desses governos progressistas, os conselhos gestores de políticas públicas, assim como os espaços de negociação interclasses, foram comprometendo o seu caráter deliberativo

(ANTUNES, 2018). O esvaziamento popular desses espaços de deliberação vincula-se à perseverante hierarquização dos processos decisórios, impregnados pelas políticas de escassez de recursos que paulatinamente interferiram no seu desenho. A ampliação da inserção dos intelectuais nos espaços estatais contribuiu com essa dinâmica.

Para o final do primeiro mandato da presidente, intensas mobilizações de rua demandavam inicialmente o congelamento do preço das passagens de ônibus em São Paulo. A seguir, manifestações multitudinárias demandaram melhorias nas políticas de saúde e urbanas no âmbito da proximidade da Copa Mundial de Futebol e das Olimpíadas a serem realizadas no país. Na dinâmica dessas mobilizações, movimentos de protestos das políticas de promoção das igualdades sociais levadas adiante pelos governos progressistas foram ganhando adesões. Os movimentos direitistas e conservadores tornaram-se cada vez mais evidentes naquele contexto, incentivados por emergentes organizações “liberais” com pautas conservadoras e com aberta promoção pelos principais meios de comunicação de massas. Simultaneamente a esses episódios, o ativismo judicial com um discurso de combate a corrupção — a Lava Jato — inicia a demonização das principais figuras dos governos imediatamente precedentes.

Nesse cenário de diuturna fustigação à pauta neodesenvolvimentista levada adiante pelos governos progressistas, constrói-se o descrédito do governo Dilma Rousseff, até a condução da sua deposição. O esvaziamento do apoio popular, já combalido pela campanha neoliberal e conservadora deflagrada pelos diversos meios de comunicação de massas, conduziu para o golpe institucional deflagrado para empossar seu Vice-Presidente. As escassas manifestações populares em oposição a esse golpe colocam em pauta o afastamento progressivo que esses governos petistas construíram.

A virada que os setores oligárquicos, mancomunada com seus aliados transnacionais, construíram ao longo da presente década foi paulatinamente cerceando os espaços participativos populares. A partir de uma crescente propaganda — numa dobradinha infalível entre membros do poder judiciário e os meios de comunicação de massas —, foi se construindo o ideário de que a esquerda é corrupta, rouba ao Estado, favorece somente os seus aliados e cerceia o atendimento das demandas do conjunto da nação. Daí, para a criminalização do protesto e dos movimentos sociais a equação foi ganhando adesão popular. Nessa dinâmica, os espaços públicos que poderiam ser utilizados para apresentar uma versão diferente já tinham sido fechados.

A partir da reeleição da presidente Dilma Rousseff, se observa uma continua convergência dos meios de comunicação de massas, setores do judiciário e do legislativo em construir uma narrativa de intensificação da agenda neoliberal. Os setores provindos das igrejas evangélicas e conservadores que

estavam à espreita de uma oportunidade de desempoeirar sua visão de mundo acabaram tornando-se interlocutores dos “bons costumes”, visando fortalecer pautas misóginas, anti-homoafetivas e atacando a conformação alternativa das famílias.

O surgimento de um porta-voz apropriado para esse processo político percorre uma trajetória pouco convencional na corrida presidencial. A manutenção ante o desgaste significativo que o governo Temer vivenciou desde a sua posse pode ser compreendida pela blindagem que os mesmos setores que o conduziram a esse posto ergueram perante as evidências que em outras circunstâncias a deposição seria seu caminho natural. Esse processo permitiu a continuidade do projeto levado adiante por aqueles setores que encabeçaram a atual situação.

Ainda que tenha se apresentado a Bolsonaro como candidato à margem das disputas políticas, sua retórica tem se demonstrado como a mais adequada para levar adiante o projeto das elites econômicas nacionais. As eleições apresentaram-se atípicas, sendo que o candidato com maior apoio popular, Lula da Silva, ter sido eliminado da corrida presidencial com um processo judiciário crivado de vícios de origem, e o seu desenlace, assim como as artimanhas que escamotearam as propostas do candidato vitorioso já é suficiente para desenhar o cenário.

A disseminação de um discurso de ódio para aqueles que defenderem pautas igualitárias e sua tendencial criminalização torna-se o terreno propício para legitimar a crescente violência. Desde o seu início, o atual governo tem demonstrado interesse em eliminar os espaços de transparência nas informações estatais, levar adiante a agenda privatizante neoliberal e fechar os espaços remanescentes de participação política no âmbito do Estado.

No contexto sucintamente esboçado, as perspectivas de participação política voltam a tornar o Estado e o governo como alvo preferencial. Os laços de interlocução com a sociedade civil, particularmente dos movimentos sociais e das organizações providas da esquerda — inclusive os partidos e sindicatos —, construídos pelas administrações anteriores têm sido anulados. A composição social deste governo abriga os herdeiros e recentemente chegados à oligarquia latifundiária e o setor financeiro, de forma secundária os setores ligados à indústria; assim como as igrejas evangélicas e seus porta-vozes. Essa aliança, conjuntamente com vastos setores da institucionalidade estatal e os meios corporativos de comunicação, tem capturado a sociedade política e instalado uma hegemonia ideológica e cultural no país.

Os espaços de reação organizada a esse vendaval neoliberal e conservador ainda não estão delineados. Mesmo porque as dificuldades de caracterização pelos setores oposicionistas apresentam-se

como incipientes, o que pode ser decorrente da fragmentação experimentada pelos mesmos, assim como a tentativa da principal corrente política oposicionista em persistir no seu modelo de intervenção social.

Analisar o devir da participação política, considerando o seu potencial no âmbito do processo decisório, nestas quase duas décadas do presente século, é um desafio que transborda este sucinto ensaio. Ao considerar esse período, tanto em nível da América Latina quanto para o caso brasileiro, é possível apontar a diversidade e intensidade de modalidades participativas que desabrocharam no seu início e a paulatina diminuição do seu vigor.

A mudança de sinal, ainda que heterogênea, se considerarmos Latino América, a partir do início da atual década quiçá surpreenda verificar que os retrocessos dessa ofensiva neoliberal se apresentam em terras brasileiras com particular força. As medidas crescentemente autoritárias que o atual governo vem tomando conduzem a vislumbrar a tentativa de criminalizar o protesto social.

As aproximações para compreensão do fenômeno em curso devem considerar o contexto internacional e o jogo de forças em âmbito regional e nacional. As tensões pela disputa hegemônica no sistema mundial repercutem decisivamente para a dinâmica contemporânea do exercício do poder. Considerando o antes exposto, torna-se premente avançar para a análise do fortalecimento do conservadorismo e neoliberalismo, e estar atento para a fase ditatorial na sua implantação. Nessa tendencial diminuição dos espaços de consenso, democráticos, a participação somente será tolerada enquanto não interferir nos planos do capital; senão, a tendência será o fortalecimento da coerção. A incitação à violência desde o início da campanha do atual presidente visa legitimar o terror de Estado contra os pobres e todos aqueles que eventualmente ofereçam resistência ao modelo em curso.

4 OBSERVAÇÕES DE JOSÉ CARLOS MARIATEGUI SOBRE O FASCISMO*

José Carlos Mariátegui viveu um período de três anos na Europa entre 1919 a 1923, na maioria do tempo na Itália. Pode acompanhar a grande mobilização social que aconteceu na Europa e particularmente na Itália no fim da Grande Guerra, e também a ascensão do Fascismo e a sua chegada ao poder. Mariátegui buscou compreender esse fenômeno sociopolítico através de um conjunto de artigos publicados em jornais peruanos. As análises de Mariátegui sobre a política italiana e o fascismo, fazem parte de seu amadurecimento enquanto pensador e político marxista. É o que esse breve artigo tenta observar.

No início, o esforço de Mariátegui centra-se em entender o movimento fascista, especialmente por ter atraído a maioria dos intelectuais. No primeiro momento, sua análise objetiva mais o poeta Gabriele D'Annunzio do que em Benito Mussolini. JCM tem admiração pelo poeta e julga que ação e a constituinte escrita em Fiume foi uma obra inovadora, o que é uma visão romantizada e mostra que este ainda não tinha a dimensão do fascismo e ainda não conseguia observar de que forma o corporativismo poderia ser usado para a subjugar as classes trabalhadoras (CALLIL, 2010, p.145-146; PERICÁS, 2010, p. 48-49).

Conforme o fenômeno vai ganhando dimensão nacional e avança para conquistar o poder, Mariátegui, vai mudando seu ponto de vista. Já em 1921, apresenta uma compreensão mais asseverada sobre o fascismo, que qualifica como “uma milícia civil antirrevolucionária. Já não representa somente o sentimento da vitória. Já não é exclusivamente um prolongamento do ardor bélico de guerra. Agora, significa uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 148)

Mariátegui busca entender o fascismo nas palavras dos líderes, observa uma ausência de programa, compreende a reação fascista como “*movimento romântico, anti-histórico e voluntarista*”. As ideias dos líderes fascistas são um conjunto de opiniões que se compõem como algo místico, que tentam formular um ente coletivo acima das classes, dos grupos ou indivíduos: a nação. O interesse nacional estaria acima de tudo,

[...] o fascismo não é um programa é uma ação. As coisas escritas no programa geral do fascismo estão escritas com mais precisão em outros programas da política italiana, ele é um “exército contrarrevolucionário mobilizado contra a revolução proletária, num momento de febre e de belicosidade pelos diversos grupos e classes conservadores. O fascismo é, por conseguinte, um instrumento de guerra. Sua ação não pode ser senão violenta. A paz significa para ele a inação a desocupação (MARIÁTEGUI, 2010, p. 179-180).

Mariátegui observa que

[...] a burguesia armou o fascismo [...] assustada pelas chances da revolução, a burguesia armou, abasteceu e estimulou solícitamente o fascismo e o empurrou à perseguição truculenta do socialismo, à destruição dos sindicatos e cooperativas revolucionárias, à quebra das greves e insurreições. O fascismo se converteu, assim, numa milícia numerosa e aguerrida e acabou por ser mais forte que o próprio Estado (MARIÁTEGUI, 2010, p. 217-289).

Os fascistas julgavam que a política externa seria a extensão das vocações nacionais aos moldes dos impérios (romano), não sendo à toa que tomam emprestadas as saudações romanas utilizadas por D'Annunzio, em Fiume. Por isso a reação contra a política externa derrotista formulada pelos governos liberais visava resgatar o orgulho italiano maculado e do soldado italiano que combateu na Grande Guerra que, então, sentia-se humilhado e esquecido numa sociedade com graves crises econômica e política.

A violência do fascismo seria uma resposta à violência totalitária dos socialistas bolcheviques. Dessa maneira, enquanto os socialistas agem em nome de uma classe e de seus interesses, os fascistas agem em nome de toda a nação. Combatiam a todos que se colocam ao lado da especulação, da agiotagem, do lucro sem trabalho e/ou do interesse particular de uma única classe. O confuso discurso fascista ganha nas ações teatrais e hábeis de Benito Mussolini e nas forças de seus artigos publicados no *Il popullu d'Italia*, um sentimento capaz de mobilizar setores descontentes com o liberalismo e com a ação socialista do proletariado e camponeses. O Fascismo se propunha a ser mais que um “*fenômeno político, é um fenômeno espiritual*”, que afirmaria a vitória dos combatentes na I Guerra, que desprezaria aqueles (como os socialistas), que foram pacifistas ou contra a guerra. Daí arregimenta estudantes, oficiais, intelectuais, nobres, empregados, camponeses e proletários (MARIÁTEGUI, 2010, p. 933).

Os métodos fascistas serão frisados por Mariátegui como a intimidação e a violência através da tortura contra os opositores de esquerda, como o deputado socialista Giacomo Matteotti, morto pelas falanges, ou contra os liberais, como Piero Gobetti e Benedetto Croce. Igualmente, não acreditava na fé de Giovanni Giolitti, na tradição transformista da política italiana de que Benito Mussolini e os fascistas se adaptariam ao ambiente parlamentar liberal. “*O fascismo é a ação ilegal das classes conservadoras, temerosas da insuficiência da ação legal do Estado, em defesa da subsistência deste. É a ação ilegal burguesa contra a possível ação ilegal socialista: a revolução*” (MARIATEGUI, 2010, p. 149).

José Carlos Mariátegui deixa claro que o espírito da reação não era afirmação do novo, de uma revolução, mas a defesa incrustada da ordem burguesa e do capitalismo. O espírito do capitalismo e de seus valores era o verdadeiro componente policrômico da religião fascista, como faz lembrar, ao narrar o financiamento das classes burguesas ao movimento e a ditadura.

Acreditava que a indefinição dos socialistas — em ora crer no parlamento, ora boicotar o parlamento, como contraponto a Mussolini — fortaleceria a ditadura. Percebia que este era um movimento internacional do capital, não era apenas uma exceção, mas a afirmação de uma reação à Revolução russa e a ameaça da revolução socialista na Itália e no mundo. Dessa forma, “*o liberalismo e a democracia renegaram, ante o fascismo, sua teoria e sua práxis. Sua capitulação foi plena*”. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 197).

Mariátegui via a necessidade de unidade das forças socialistas (USI, PSI e PCI), — tal qual a Engels em suas cartas a Turatti —, a formação de um bloco com as forças liberais e democráticas frente a ditadura. Percebe que a ação violenta e a censura à imprensa bloquearam a comunicação das forças democráticas junto a sociedade. Dessa forma, a oposição parlamentar e as forças sindicais e sociais foram

postas a margem e na ilegalidade, de modo simples com pouca resistência e sem uma verdadeira oposição triunfou a ditadura fascista (MARIATEGUI, 2010, p. 275).

Por fim: em tempos em que imigrantes pobres são assassinados nas fronteiras, em que manifestações são feitas para que não se dêem comida e água a moradores de rua, em que governantes comemoram com suas polícias a morte de negros e pobres, que um presidente ataca índios, gays e os desvalidos, em que muros separam cidades e países entre suas populações ricas e pobres, em que fazendeiros ateam fogo na maior floresta do mundo para comemorar a impunidade. O pensamento de José Carlos Mariátegui é uma leitura atual e recomendada. Nos coloca como reflexão — especialmente no momento em que vivenciamos uma crise **no e do** Estado neoliberal —, a alternativa do socialismo como resposta a barbárie capitalista colocada.

5 ULTRANEOLIBERALISMO, MILITARISMO E REACIONARISMO NO BRASIL DO PRESENTE: uma composição de risco, um desafio à luta política

O Brasil do Presente, tempo histórico circunscrito a partir do Golpe de 2016, instaurou um desmonte da democracia, em um contexto de dominância de políticas ultraneoliberais e de um crescente conservadorismo. É um período sociopolítico de marcha crescente do autoritarismo, nos marcos formais da democracia, configurando, mesmo, dimensões de um Estado de Exceção.

Neste cenário do Golpe 16, a direita, mais precisamente a extrema-direita, foi consolidando sua organização, com estratégias de difusão de sua ideologia nos diferentes espaços sociais, ocupando, de forma dominante, os circuitos virtuais das redes sociais. Assim, em meio a acirrado antipetismo, na verdade, um ódio às esquerdas, a extrema-direita, em conluio com o Judiciário, consegue vencer as eleições presidenciais, materializando o “Bolsonarismo” como fenômeno político na cena brasileira.

A dominância do “Bolsonarismo” resulta de uma composição peculiar, reunindo diferentes vertentes, a encarnar forças sociais em uma tessitura permeada de disputas internas: ultraneoliberalismo, materializado em “políticas de ajuste”, a impor interesses desmedidos do mercado, a reafirmar circuitos de dependência do Brasil na ordem do capitalismo mundializado; militarismo, a querer recuperar parâmetros ideológicos da Ditadura Civil-Militar, tratando-se, de fato, de um militarismo revestido de um pseudo-nacionalismo que não hesita em sacrificar a soberania do País; reacionarismo político-cultural, a articular um pesado processo de regressão sociopolítica de desmonte de direitos e de formas de regulação democrática, hibridizado com um fundamentalismo religioso intolerante, criminalizando quaisquer formas de diversidade. É um tempo de obscurantismo, a se expressar em formas impensáveis e absurdas que vão

A CRISE CAPITALISTA, O AVANÇO DA DIREITA NO CONTINENTE LATINO-AMERICANO, E OS DESAFIOS PARA A RESISTÊNCIA

desde a censura até o descalabro de investir contra a própria produção científica e a Universidade Pública, buscando transformá-la em um espaço exclusivo do mercado.

A tese, que ora defendemos, é que esta combinação de matrizes, tendências e forças constitutivas da extrema-direita, no interior do Estado Brasileiro, é de alto risco para o País e para a maioria da população. Trata-se de uma equação a ser decifrada pelo pensamento crítico, tendo em vista o próprio cenário geopolítico mundial. E, de forma incontestável, esta perigosa composição do Brasil do Presente circunscreve um desafio à luta política permanente, no sentido de avançar na construção de formas de resistência na sociedade civil, fortalecendo forças contra-hegemônicas.

Para o desvendamento analítico deste cenário-limite, marcado pela negação de quaisquer mediações com a própria democracia liberal, é necessário fazer um recuo histórico no tempo, remontando à década de 1990, quando do ajuste do Brasil ao capitalismo financeirizado, a prolongar-se por trinta anos (1990-2020). É a experiência de ajuste brasileiro, em seus diferentes ciclos, a implementar o modelo rentista-neoextrativista (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018). Redefine-se, assim, a forma de inserção do Brasil ao processo de acumulação mundial, em tempos de capitalismo financeirizado, consubstanciando uma posição de “dependência redobrada” do País, como bem sintetiza Paulani (2012).

A pedra de toque nas configurações da experiência brasileira de ajuste é delinear devidamente este modelo rentista-neoextrativista, consolidado na “Era FHC” e aprofundado nos governos petistas, com distintas inflexões, permitindo circunscrever diferentes ciclos de ajuste (CARVALHO; GUERRA, 2015; 2016). Tal modelo é uma resultante da composição orgânica entre o rentismo, isto é, o capital financeiro e suas formas exorbitantes de lucros via juros e o capital vinculado ao neoextrativismo, a acumular riquezas pela via da expropriação, do agronegócio e da mineração, com base na intensa mercantilização de commodities agrícolas e minerais. Trata-se da imbricação do financismo e do neoextrativismo numa poderosa combinação em que os donos das finanças e os ruralistas, os segmentos do agronegócio e da mineração ditam os rumos da vida brasileira.

Ao longo de treze anos, mais precisamente de 2003 a 2015, os governos petistas, com distintas configurações, assumem este modelo rentista-neoextrativista pela via da chamada “ideologia da conciliação de classes”, na perspectiva de viabilizar uma regulação dos conflitos classistas, amenizando e desarticulando o confronto de forças.

O primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) e parte do segundo (2007-2008) constituem um período marcado pela consolidação das políticas de ajuste, herdadas da “Era FHC”, em articulação com as denominadas “políticas de enfrentamento à pobreza”, conseguindo, em meio à

manutenção da histórica desigualdade brasileira, uma mudança na estrutura de classes, com a ascensão social dos muito pobres e miseráveis, afirmando-se, à época, a emergência de uma “nova classe média”.

A partir dos últimos dois anos do segundo governo Lula (2009-2010) e no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), deflagra-se um ciclo de ajuste marcado pela tentativa de hibridização da política macroeconômica neoliberal com o chamado neodesenvolvimentismo (CARVALHO; GUERRA, 2015; 2016). Nesta perspectiva, a ideologia da conciliação de classes assume uma nova configuração, numa tentativa de ampliar o pacto com as elites, convocando, também, os setores empresariais, em troca de consideráveis incentivos ao capital. Mantém-se a adesão passiva das massas, consolidando as políticas de enfrentamento à pobreza. Essa articulação híbrida do neoliberalismo e neodesenvolvimentismo não consegue se afirmar na vida brasileira. De fato, tem-se uma recusa do investimento em decolar, fragilizando o governo Dilma Rousseff. Em um contexto internacional desfavorável à exportação de commodities, as tensões resultantes dessa composição híbrida de políticas de ajuste ortodoxas e perspectivas heterodoxas neodesenvolvimentistas vão tecendo, de forma processual, a chamada crise contemporânea brasileira, contribuindo para o esgotamento da versão petista do modelo de ajuste.

6 O GOLPE 2016 NO CONTEXTO DA CRISE: dominância da extrema-direita e consolidação do “Bolsonarismo”

A crise estrutural do capital de 2008/2009 começa a expandir-se e chega à América Latina e, especificamente ao Brasil, no limiar da segunda década do século XXI, criando condições objetivas para a desestabilização da versão petista do modelo de ajuste, fincado no pacto de classes.

Em meio às amarras da ideologia da conciliação de classes, é inconteste a contraditoriedade na condução política destes governos petistas. Ao mesmo tempo em que, nas suas estratégias, não apostaram no poder popular, perdendo-se nas tramas da “pequena política” do Congresso Nacional, estes governos avançaram em políticas identitárias de gênero, de etnia, de orientação sexual e de todas as formas de diversidade, criando estruturas, ainda que limitadas, de participação política, como Secretarias, Conselhos Paritários, Conferências no âmbito das Políticas Públicas. Igualmente, tais governos assumiram uma política externa de apoio e reforço à integração autônoma dos países do Sul, com destaque para as redes de articulação no continente latino-americano, investindo na formação dos BRICS, a ameaçar a hegemonia dos EUA.

A CRISE CAPITALISTA, O AVANÇO DA DIREITA NO CONTINENTE LATINO-AMERICANO, E OS DESAFIOS PARA A RESISTÊNCIA

Em verdade, a política, sem reservas, de alianças do PT com as elites do capital para chegar e permanecer no governo, vai estar na base da crise contemporânea brasileira. De fato, esta crise consubstancia o esgotamento da versão petista do modelo de ajuste, com base na conciliação de classes.

Assim, em um contexto de conluios e negociatas, as elites do capital juntam-se às forças políticas da direita e do conservadorismo, deflagrando, com protagonismo do Congresso e respaldo do Judiciário, um Golpe para impor o neoliberalismo mais violento e brutal, a viabilizar a volta de um capitalismo selvagem, sem quaisquer controles democráticos. Inegavelmente, esta crise contemporânea brasileira, decorrente da ruptura do pacto pelas elites, constitui o chão histórico onde se gesta, toma amplitude e se consolida o Golpe de 2016.

Em verdade, o Golpe 16 deflagra um novo ciclo de ajuste na vida brasileira: é um ciclo de caráter ultra neoliberal, fundado em uma política de espoliação de direitos e das riquezas nacionais, de intensificação da superexploração da força de trabalho, de privatizações, de privilegiamento de interesses do capital estrangeiro (CARVALHO, 2018). A rigor, este novo ciclo de ajuste brasileiro é marcado pela dominância de uma nova direita, a consolidar-se nas rotas da crise e do Golpe 16. Ao longo da segunda década dos anos 2000, uma direita, com novos contornos, em sintonia com as tendências mundiais, vai se constituindo em nosso país, com um ousado plano estratégico de difusão de suas ideologias e valores.

Esta nova direita é urdida com base em postulados do neoliberalismo em versões doutrinárias, inclusive, no formato de verdadeiras “cartilhas para a militância”, difundidas por diferentes meios, sobretudo nos circuitos virtuais. Olavo de Carvalho destaca-se como seu “guru”, a divulgar ideias e valores reacionários, em meio a insultos e desqualificação dos “comunistas”. À esta nova direita, formatada na ideologia neoliberal, junta-se uma direita forjada no fundamentalismo religioso de igrejas neopentecostais, prisioneiras das fortes amarras de um moralismo, imbrincado a uma religiosidade conservadora, absolutamente intolerante, gestada no ódio e nas muitas formas de violências. E mais: junta-se a esta composição ideológica de direitas, o militarismo e o justicialismo, a pregar a violência armada, o extermínio, como saída!

Indiscutivelmente, é nesta simbiose de direitas, de crise, de reacionarismo, de marcha autoritária, de políticas ultraneoliberais e contrarreformas, de inseguranças e instabilidades, que se constitui o “Bolsonarismo” como um “ponto de chegada” do Golpe de 2016, a sua culminância, com desdobramentos imprevisíveis.

O “Bolsonarismo” vem inserindo o Brasil em um novo colonialismo, retomando a condição de subordinação aos interesses dos países centrais, nesta ordem do capitalismo financeirizado, sobretudo dos

EUA (CACCIA BAVA, 2019). Ao mesmo tempo, joga o País no obscurantismo, prisioneiro de amarras reacionárias e desmonta quaisquer controles democráticos.

Em nosso país, a cada dia, os que buscam encarnar a democracia são surpreendidos com fatos absurdos de todas as ordens, a revelar um tempo-limite que nos faz mergulhar em um circuito de medos, inseguranças, temendo, também, pelo que há de vir. É uma longa noite de pesadelos impensáveis!

Para nomear reflexivamente esse momento histórico do Brasil do Presente é deveras fecunda a configuração marxiana do “18 Brumário”, ao explicar a dinâmica da própria História: tragédia e comédia. De fato, a população brasileira, em meio ao desgoverno encarnado pelo “Bolsonarismo”, vive um espetáculo trágico-cômico... É uma comédia, a interpelar a crítica dos humoristas, se não fosse trágica nos seus desdobramentos de destituição de direitos, conquistas, projetos e esperanças.

Fundado em uma convicção dialética, estamos convencidos que não é o fim da História... O “Bolsonarismo” é uma onda, um tempo a ser enfrentado, exigindo dos democratas novas formas de fazer política e lucidez, coragem, determinação para assumir a luta permanente. Uma questão estratégica do Brasil de 2020 é perceber e delinear as resistências em curso, nos diferentes espaços constitutivos da vida social brasileira. É fundamental criar conexões entre as formas de resistências emergentes, constituindo redes políticas, capazes de confrontar com as proposições e estratégias da extrema-direita e sua dominância perpassada de desacertos, disputas internas e contradições.

Mais do que nunca, se faz presente a lição gramsciana de avaliar as nossas forças, medindo as forças adversárias, construindo processos de luta permanentes, na perspectiva de uma contra-hegemonia, a congregar as forças democráticas e as esquerdas deste país.

7 (IN) CONCLUSÃO

A América Latina experimentou, nos últimos anos, governos progressistas que, embora não tenham feito reformas estruturais no Estado, permitiram com programas focais uma diminuição da desigualdade e da pobreza. Este ciclo não durou muito, com uma crise estrutural e com uma sociedade civil pouco participativa, houve um reagrupamento das classes dominantes no poder, agora numa configuração mais conservadora. A conciliação de classes mostrou, claramente, que a classe dominante no continente não está disposta a abrir mãos de privilégios e com a máxima de estado mínimo, para os trabalhadores e estado com ampla intervenção para os dominantes. É nesta conjuntura que se elege Jair

A CRISE CAPITALISTA, O AVANÇO DA DIREITA NO CONTINENTE LATINO-AMERICANO, E OS DESAFIOS PARA A RESISTÊNCIA

Bolsonaro no Brasil, e que há um golpe na Bolívia. Menos que mostrar caminhos, nos coube discutir e aprofundar o estudo da realidade para que possamos, ao compreendê-la, transformá-la.

REFERÊNCIAS

Anderson, P. Crise en Brasil. Disponível em: <https://lalineadefuego.info/2016/05/10/crisis-en-brasil-por-perry-anderson/>. 2016. Acesso em: 9 fev.2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARIZMENDI, L. y Jorge Beinstein. **Tiempos de peligro: estado de excepción y guerra mundial**. México: Ed. Plaza y Valdés, 2018.

ARIZMENDI, L. **El capital ante la crisis epocal del capitalismo**. México: IPN, 2016.

BOITO, A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classes nos governos do PT**. Campinas: Unicamp, 2018.

BORDIGA, Amadeo; GRAMSCI, Antonio. **Conselhos de Fábrica**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

CACCIA BAVA, S. “Adeus ao desenvolvimento”. **Le Mond Diplomatique – Brasil**. Ano 12, n. 141. abr. 2019.

CALLIL, Gilberto, A experiência italiana e o desenvolvimento do marxismo de José Carlos Mariátegui (1920-1922). **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. ISSN: 2177-9503 Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina: UEL.

CARVALHO, A. M. P.. Brasil finais de 2018/limiar 2019 - consumação do Golpe 2016, autoritarismo e guerra de valores no contexto de uma democracia formal: (re)invenção da resistência como exigência do nosso tempo. **Análise de Conjuntura – ESPLAR**. Fortaleza – CE. 2018.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B; GUERRA, E. C.. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (orgs). **Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C.. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, p. 41-60, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143201003>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias? **Revista de Políticas Públicas**, Número Especial, p. 267-280, novembro de 2016. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/5978/3609>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CHEQUER, R.; BUTTERFIELD, Colin. **Vem pra rua**. São Paulo: Matrix, 2016.

CORSI, L. F.; SANTOS, A.; CAMARGO, J. M. A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.8, n.15, Jan./Jun. 2019 | p.168-194.

DÚMENIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ELIAS, A., G. Oyhançabal y R. Alonso (coords). **Uruguay y el continente en la cruz de los caminos. Enfoques de economía política**. Uruguay: COFE, 2018.

ENGELS F, Cartas de Engels a Turate. Disponível em: <https://www.marxists.org/italiano/marx-engels/1895/socialismoitalia.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GRAMSCI, Antonio, Carta a Trotsky. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/ano/mes/futurismo.htm>. Acesso em: 20 set.2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. **Obras Completas**, Tomo I, Lima . Editora Minerva, 1994.

MARTUSCELLI, D. (2015). **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou Revolução?** São Paulo: Global, 1990.

OLIVER, L (2018-4) La sociedad civil mexicana ante el nuevo régimen político. **Revista Memoria**, 2018-4. México: CEMOS.

OLIVER, L. (2018-2). Brasil: Estado de excepción. **Revista Memoria**, 2018-2.México: CEMOS.

OLIVER, L. (2017a). "Gramsci y la noción de catarsis histórica. Su actualidad para América Latina", em **Revista Las torres de Lucca**. España, No. 11, Julio a diciembre.

OLIVER, L. (coord) (2017b). **Transformaciones de los Estados en América Latina. Una perspectiva a partir de la sociología política de Antonio Gramsci**. México: Ed. FCPyS/ UNAM y Ed. La biblioteca.

PAULANI, L. (2012). "A dependência redobrada". Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/a-dependencia-redobrada/>. Acesso em: 9 fev. 2020.

POULANTZAS, N. **Estado, poder y socialismo**. México: Ed. Siglo XXI, 1979.

A CRISE CAPITALISTA, O AVANÇO DA DIREITA NO CONTINENTE LATINO-AMERICANO, E OS DESAFIOS PARA A RESISTÊNCIA

POULANTAZAS. N. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

ROJAS VILLAGRA, L. (coord.). **Neoliberalismo en América Latina**: crisis, tendencias y alternativas. Asunción: CLACSO, 2015.

TAPIA, L. (2018). **El leviatán Criollo**. La Paz/ Bolivia: Autoderminación, 2018.

ZIBECHI, R. (2012). **Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. México, Editora Bajo Tierra, 2012.

Notas

¹ No caso dos governos do PT, várias políticas inclusivas foram implementadas como: Bolsa Família, Cotas nas Universidades, etc.

² Cujo denominador comum são políticas de subordinação aos Estados Unidos, políticas draconianas de ajuste e projetos de exclusão e discriminação social.

³ Chequer e Butterfield (2016), Danilo Enrico Martuscelli (2015).